

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.192 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 1º DE NOVEMBRO DE 2000

**Plenário acolhe plebiscito sobre a criação de três territórios**

PÁGINA 3

## Fundo para o desenvolvimento de telecomunicações vai à sanção

Estimular pesquisas e tecnologias, assegurar a capacitação de recursos humanos e promover a geração de empregos são objetivos do Funntel, cuja criação foi aprovada ontem pelo Senado

PÁGINA 3

## COMISSÃO APROVA RELATÓRIO QUE VIABILIZA AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o relatório preliminar de receitas do Orçamento de 2001, que destina prioritariamente à Previdência Social toda a arrecadação adicional, o que tornará possível o aumento do salário mínimo.

Amir Lando (E) e Alberto Goldman, relator e presidente da Comissão Mista de Orçamento



PÁGINA 5



## Processos contra clubes envolvem US\$ 42,5 milhões

Ao depor na CPI do Futebol, o chefe do Departamento de Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, Ricardo Liao, anunciou que até o momento foram abertos pelo Banco Central processos contra 22 clubes de futebol brasileiros, envolvendo um total de US\$ 42,5 milhões. Está confirmado para hoje, a partir das 9h, o depoimento do ministro da Previdência, Waldeck Ornélas.

PÁGINA 4



Os senadores Geraldo Althoff e Alvaro Dias e o representante do Banco Central

*Senadores querem ouvir Joseph Blatter, presidente da Fifa*

PÁGINA 4

CAE

Assayag (E) e representantes do governo falam na CAE, presidida por Suassuna



**Restrições à propaganda de fumo serão votadas dia 7**

PÁGINA 2

## Divergências marcam debate das mudanças na Lei de Informática

Em audiência na CAE, o secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, José Aníbal, representantes do governo federal e o vice-governador do Amazonas, Samuel Assayag, fizeram avaliações divergentes sobre o projeto da nova Lei de Informática.

PÁGINA 7

**CFC retoma investigações do caso TRT-SP**

PÁGINA 2

# Entidade religiosa pode ser dispensada de licitação

É o que estabelece projeto de lei, de autoria do senador José Roberto Arruda, que será votado hoje no Plenário em turno suplementar

Em turno suplementar, o Senado Federal vota hoje projeto de lei do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que dispensa de licitação as entidades religiosas ou filosóficas prestadoras de serviços filantrópicos quando requererem o uso de bens públicos. A medida se aplica às entidades que requerem, por exemplo, o uso de espaço em áreas públicas para explorar bancas de revistas.

O texto modifica a Lei 8.666/93, que regulamenta os contratos da administração pública. A norma

em vigor não prevê dispensa de licitação para essas entidades, o que o senador Arruda considera uma "discriminação injustificável". Ele disse que seu propósito é corrigir a distorção, uma vez que ela atinge instituições que prestam serviço de relevante interesse social. Antes de entrar em vigor, o projeto ainda terá de ser votado na Câmara.

Os senadores também votarão hoje decretos legislativos outorgando a permissão para o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Musical FM, de Jacareí (SP);

Sistema Excelsior de Comunicação, de Rio Claro (SP); Sistema de Comunicação Rio Bonito, de Palmas (TO); e Rádio Alvorada FM, de Salinas (MG).

José Roberto Arruda diz que sua intenção é pôr fim a uma "discriminação injustificável"



## Heloísa Helena cobra aprovação de proposta do sigilo bancário

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse ontem que o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras poderá ser votado na próxima semana, "se o governo quiser".

Ela lembrou que, a partir da semana

que vem, a Comissão de Fiscalização se reunirá para analisar os documentos enviados pelos ministérios em atendimento aos requerimentos de informação formulados por senadores durante a investigação do caso Eduardo Jorge e marcar novas audiências públicas. Hoje, a comissão deve votar requerimentos convidando diversas pessoas para deporem sobre o assunto.

Heloísa Helena apelou ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que analise e vote o mais rápido possí-



Segundo Heloísa Helena, o destino do projeto depende do governo

vel o parecer de Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre requerimentos dos parlamentares solicitando quebra de sigilo bancário. Sem essa decisão, afirmou, fica mantida a conveniência das autoridades em fornecer as informações solicitadas ou não e não é possível identificar quem sonega.

A senadora também considerou "um crime tributário" a portaria do Banco Central que isentou o investidor estrangeiro do recolhimento da CPMF. Para ela, o Congresso caiu em uma "armadilha ridícula" ao assumir a responsabilidade pela busca de fontes de recursos que permitam aumentar o salário mínimo. Heloísa lembrou que o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, já revelou durante a CPI dos Bancos que a sonegação, a evasão e a elisão fiscais no Brasil somam R\$ 825 bilhões por ano.

## CFC retoma investigações do caso do TRT de São Paulo

Requerimentos que convidam 15 pessoas para deporem sobre o chamado "caso Eduardo Jorge" estão na pauta da reunião que a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza na manhã de hoje.

Os requerimentos foram enviados pela Subcomissão do Judiciário, que investigou as supostas ligações entre o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira e o desvio de recursos na construção da sede do TRT de São Paulo.

Entre os que podem ser convidados a depor, estão o ex-presidente do Serpro Sérgio di Otero Ribeiro, o ex-presidente da Previ Jair Bilachi, e o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Antonio Anastasia. Este viria prestar informações sobre intervenções de Eduardo Jorge na contratação da empresa MI Montreal Informática para prestar serviços ao governo federal.

## Comissões decidem no dia 7 projeto que restringe a propaganda de fumo

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) adiaram para o dia 7 a votação do projeto

que proíbe a propaganda de cigarros nos meios de comunicação. A matéria, de autoria do Poder Executivo e já aprovada pela Câmara, reduz a publicidade de produtos fumígenos no interior dos pontos de venda, e

está sendo relatada em ambas as comissões pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Duas audiências públicas já foram realizadas pela CAS e pela CCJ para discutir o assunto. Ao final dos debates, o relator disse ter a convicção pessoal de que "a invasão epidemiológica do tabagismo é um mal para o qual a sociedade tem de criar anteparos". Para ele, a publicidade do cigarro cria "a falsa impressão de que quem fuma é poderoso, bem-sucedido e bonito", embora o consumo do tabaco tenha consideráveis custos sociais, humanos e econômicos.



### AGENDA

QUARTA-FEIRA, 1º DE NOVEMBRO DE 2000

Presidente  
Antonio Carlos Magalhães

11h - Preside sessão deliberativa ordinária

#### PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 267/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Musical para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacareí (SP); PDL nº 295/99, aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Excelsior de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio Claro (SP); PDL nº 11/2000, aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Rio Bonito para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palmas (TO); PDL nº 101/2000, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alvorada FM de Salinas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salinas (MG); e substitutivo ao PLS nº 30/99, altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição federal, institui normas para licitações e contratos de administração pública.

#### COMISSÕES

9h - CPI do Futebol

Pauta: audiência pública com a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

Após Ordem do Dia - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Requerimentos da Subcomissão do Judiciário nºs 45/2000, solicitando sejam convidadas diversas pessoas para prestarem esclarecimentos sobre as relações de diversas empresas com o setor público; nº 51/2000, solicitando seja convidado o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Antônio Anastasia, para prestar esclarecimentos a respeito de intervenção de Eduardo Jorge Caldas Pereira relativa ao contrato firmado entre o Ministério da Justiça e a empresa MI Montreal Informática; e nº 52/2000, solicitando sejam convidadas diversas pessoas que poderão prestar informações sobre as relações de diversas empresas com o setor público referentes aos negócios de Eduardo Jorge Caldas Pereira. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6

#### ESPECIAL

12h - Cultura ao Meio-Dia

Filme: Pânico no lago, de Steve Miner. Auditório Petrólio Portella

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Senado aprova fundo para telecomunicações

Os objetivos do Funttel são apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, incentivar a capacitação de mão-de-obra, criar empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos para investimento

O Senado aprovou ontem projeto criando o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel). Ele terá como objetivos estimular a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, incentivar a capacitação de recursos humanos, gerar empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital. O senador Lauro Campos (PT-DF) votou contra a proposta. O projeto, que tramitou em regime de urgência, vai à sanção presidencial.

O texto aprovado estabelece que o fundo será administrado por um conselho gestor e terá como agentes financeiros o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e a Finep (Empresa Financiadora de Estudos e Projetos). Prevê ainda que o patrimônio inicial do Funttel será constituído mediante a transferência de R\$ 100 milhões do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

A principal fonte de recursos para o fundo será um percentual,



Para Hugo Napoleão, tudo que se investe em tecnologia na área de telecomunicações "ainda é pouco"

a ser estabelecido anualmente pela lei orçamentária, das receitas auferidas com as concessões, permissões e autorizações de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequências, assim como a aprovação de laudos de produtos.

O organismo gestor do fundo será um conselho formado por representantes do Executivo, do órgão

regulador das telecomunicações (Anatel) e de agentes financeiros governamentais. A esse conselho caberá aprovar normas e aplicar os recursos do fundo em programas, projetos e atividades prioritárias na área de telecomunicações.

Ex-ministro das Comunicações, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) defendeu a importância do investimento em pesquisa para o desenvolvimento do setor. Ele disse ter testemunhado a relevância do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do antigo sistema Telebrás. E observou que, graças a essas pesquisas, o Brasil obteve avanços com tecnologia genuinamente nacional, dando exemplo notável de crescimento na área.

Napoleão acrescentou que o projeto é a solução para garantir recursos para pesquisas em telecomunicações. Ressaltando que, nesse setor, "tudo que se faz ainda é pouco para o desenvolvimento tecnológico", ele se disse convencido de que o Funttel terá condições de desempenhar a contento suas finalidades.

## Plenário dá voto favorável à criação de três territórios

Foi aprovado ontem pelo Plenário substitutivo de Jefferson Péres (PDT-AM) a projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que propõe plebiscito no Amazonas para a criação de três territórios – Rio Negro, Juruá e Solimões. A idéia é contemplar municípios distantes, completamente abandonados e carentes de serviços de saúde, saneamento, transporte e educação. A matéria terá de ser aprovada em turno suplementar para ser enviada à Câmara.

O projeto de Mozarildo previa um plebiscito para a criação do estado de Solimões, exclusivamente. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Jefferson reconheceu a necessidade de redivisão territorial do Amazonas, mas concluiu que a melhor forma de atingir tal objetivo seria criar territórios, não estados.

Por isso, opinou pela convocação de plebiscito em todo o estado do Amazonas sobre o desmembramento de municípios para a criação de três territórios.

Rio Negro seria formado por São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Juruá seria constituído por Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Tonantins, Amaturá, Fonte Boa, Jutai, Alvarães, Uarini, Maraã, Japurá, Santo



Mozarildo acredita que a divisão territorial pode contribuir para desenvolver áreas abandonadas

Antonio do Içá e Juruá.

E Solimões, pelas cidades de Caruarari, Itamarati, Eirunepé, Envira, Ipixuna e Guajará.

Em seu parecer, Jefferson considerou inadequado fazer o plebiscito abranger apenas os municípios que se pretende desmembrar, como sugeria Mozarildo. Ele quer que o plebiscito abranja todo o estado, por entender que "toda a população amazonense é diretamente interessada na questão". Ele acrescentou que o projeto de Mozarildo criava uma unidade federativa que reuniria áreas geográficas muito distantes entre si, sendo a criação de três territórios bem mais conveniente.

A Comissão de Educação aprovou outros sete projetos para exploração de serviço de radiodifusão



## CE autoriza associação de donas de casa a operar emissora de rádio

A Comissão de Educação (CE) acolheu ontem dois projetos de decretos legislativos que autorizam a Associação das Donas de Casa de Matozinhos (MG) e a Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento de Arcos (MG) a executarem serviço de radiodifusão comunitária.

A Rádio Belo Horizonte, na capital mineira, também teve autorizada a renovação da concessão para funcionamento.

A Fundação Dom Avelar Brandão Vilela, em Salvador (BA), e a Rádio Juazeiro, localizada no

município baiano do mesmo nome, também tiveram aprovadas, pela CE, autorizações para executar serviço de radiodifusão.

Na mesma reunião, a Comissão de Educação acolheu a concessão para funcionamento da Rádio Atalaia Ltda., em Campo Erê, e da Associação Cultural e Comunitária de Itapoá, ambas em Santa Catarina.

Foi aprovada ainda a renovação da concessão da Sociedade Rádio Difusora Lucélia, em São Paulo. As matérias seguem para apreciação do Plenário.

## Senadores renovam mais três concessões

O Senado Federal aprovou projetos de decretos legislativos que renovam a concessão para o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Alvorada Freqüência Modulada, do Rio de Janeiro (RJ); Rádio Cultura de Assis, de Assis (SP); e Rádio Jornal de Rio Claro, de Rio Claro (SP).

Os projetos foram aprovados com a abstenção do PT e agora vão à promulgação.

## Proposta que reduz sessões do Congresso será apreciada no dia 8

Transcorrido o segundo dia de discussão da proposta de emenda constitucional que reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que a matéria deve ser votada em segundo turno no próximo dia 8 de novembro.

De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a proposta limita as sessões do Congresso à

inauguração da sessão legislativa, à posse do presidente da República, à promulgação de emenda constitucional e à recepção a chefe de Estado.

Tratando-se de emenda constitucional, será aprovada se tiver três quintos dos votos dos senadores. Depois, precisará ainda ser votada na Câmara dos Deputados, onde também será submetida a dois turnos de votação.

# BC suspeita de irregularidades em transações com jogadores

O Banco Central já abriu até o momento 22 processos contra 22 clubes que compraram ou venderam atletas para times estrangeiros

O chefe do Departamento de Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central (BC), Ricardo Liao, disse ontem em depoimento na CPI do Futebol que o órgão já abriu 22 processos contra 22 clubes brasileiros, envolvendo no total US\$ 42,5 milhões. Os casos se referem a supostas irregularidades em operações cambiais na compra e venda de jogadores.

Respondendo ao relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), Liao esclareceu que os casos envolvem operações de câmbio ilegítimas na compra e venda de atletas, compra de atletas brasileiros por meio do envio de jogadores estrangeiros e o recebimento em reais do valor da negociação com o exterior, sem comprovar a origem da operação de câmbio.

Em virtude do sigilo legal que envolve as investigações, o representante do BC não forneceu outros



O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (E), e Ricardo Liao

detalhes durante a parte pública da audiência. Por isso, o final da reunião foi secreta, com a participação apenas dos senadores.

Na exposição aos senadores, Liao disse que desde 1995 o BC investiga supostas irregularidades na negociação de passes de atletas brasileiros para o exterior. Ele explicou que reportagens publicadas na imprensa levaram a instituição a promover a apuração. Inicialmente, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) foi acionada para esclarecer dúvidas levantadas pelos técnicos do BC.

Em resposta, a CBF enviou a lista

de atletas negociados com o exterior a partir de 1990, e sugeriu que o BC pedisse os detalhes das transações diretamente aos clubes, já que a confederação, legalmente, não tem competência para dispor de tais informações. Liao afirmou que, a partir da análise da documentação recebida, foram detectadas evidências de algumas irregularidades.

Ele lembrou que, somente após a regulamentação da Lei Pelé, em 1998, os clubes passaram a ser obrigados a informar à CBF detalhes sobre as transações de atletas com clubes do exterior.

## Waldeck Ornélas depõe na manhã de hoje

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), confirmou para hoje, a partir das 9h, o depoimento do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas. O ministro falará sobre sonegação no recolhimento das contribuições previdenciárias pelos clubes de futebol. Álvaro também anunciou que a estudante de Direito Renata Carla Moura Alves, que fez várias denúncias contra o ex-técnico da Seleção Wanderley Luxemburgo, vai depor no próxi-

mo dia 9, após a Ordem do Dia.

O depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que inicialmente estava previsto para ocorrer ainda nesta semana, foi adiado. Ele só será realizado ao final dos trabalhos, quando a comissão estiver recolhendo propostas para aperfeiçoar a legislação. O presidente da CPI explicou que o depoimento ficaria prejudicado porque o secretário estaria impossibilitado de fornecer várias informações cobertas pelo sigilo bancário.

## CPI quer explicação do presidente da Fifa

A CPI do Futebol aprovou por unanimidade requerimento do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) para que o presidente da Fifa, Joseph Blatter, seja convidado a explicar os motivos que o levaram a se posicionar contra as comissões de inquérito em funcionamento no Senado e na Câmara. Maguito repudiou as declarações dadas por Blatter contra as investigações.

“Será que a Fifa está acima do bem e do mal e é uma instituição intocável? Nenhum país pode ser punido por buscar a verdade”, disse Maguito, rechaçando a possibilidade de o Brasil ser excluído da próxima Copa. Romeu Tuma (PFL-SP) questionou se Blatter não teria feito as

declarações a pedido do presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira.

Outro requerimento aprovado, de Antero Paes de Barros (PSDB-MT), convoca Levi Lafeté, ex-advogado de Bebeto e ex-conselheiro do Vasco, para falar sobre a venda do jogador ao clube La Coruña. Também serão convocados a depor, a pedido de Geraldo Cândido (PT-RJ), Sérgio Paulo Gomes de Almeida, Agathirno da Silva Gomes, Ivon Bernardo Morgado e João Manuel de Almeida, todos ligados ao Vasco. Foram aprovados ainda requerimentos solicitando informações ao BC e ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf).

## Comissão pede medidas contra o deputado Eurico Miranda

O relator da CPI do Futebol, Geraldo Althoff (PFL-SC), comunicou que está sendo enviado o ofício ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pedindo que ele solicite ao presidente da Câmara, Michel Temer, para que sejam tomadas as medidas administrativas necessárias a respeito de recentes declarações dadas à imprensa pelo deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ).

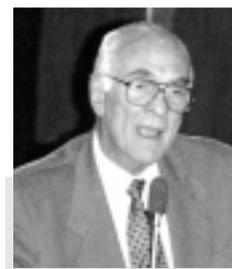
Segundo Althoff, em entrevista à jornalista Marília Gabriela, na Rede TV!, o deputado teria faltado com o decoro parlamentar ao denegrir a imagem do Senado e de senadores integrantes da CPI do Futebol. Conforme o senador, Eurico teria desqualificado a CPI e usado palavras indecorosas contra seus integrantes.



Para Althoff, deputado faltou com o decoro

## Governo nega, mas quer mesmo privatizar CEF e BB, diz Saturnino

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) considera que, apesar de negar a intenção de privatizar a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB), o governo constantemente dá sinais de que isso acontecerá. A privatização da CEF e do BB, na opinião de Saturnino, é um dos últimos



Saturnino pediu o imediato recolhimento de cartilha da Caixa

itens da pauta imposta por organismos internacionais ao Brasil.

Na opinião do senador, o mais recente indício é o Programa de Demissão Voluntária instituído na Caixa. Para o senador, o programa causa prejuízo à instituição, uma vez que

prejudica a estabilidade emocional dos funcionários e gera quedas no desempenho. Ele protestou sobretudo contra um item constante na cartilha que explica o programa aos funcionários. Entre as sugestões sobre formas de usar o dinheiro obtido com a demissão voluntária,

como abrir negócios ou aplicar no mercado financeiro, está “reiniciar a vida em outro país”.

— Isso é uma agressão aos brasileiros — afirmou Saturnino, dizendo-se indignado e pedindo o imediato recolhimento da cartilha.

## Suplicy confia em renegociação da dívida do município de SP

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deixou “uma porta aberta” para renegociar a dívida da prefeitura de São Paulo com a União. Ele se baseou em nota divulgada ontem em que o ministro afirma estar “aberto ao diálogo com governadores e prefeitos de qualquer partido” para “buscar formas de cooperação entre as três esferas de governo na implementação de políticas de interesse público”.

Embora a nota saliente que o ministro descarta o refinanciamento de dívidas já negociadas, Suplicy interpretou o documento de forma positiva. No seu entender, uma das possibilidades é o refinanciamento, pela União, de 50% dos gastos de prefeituras com programas de renda mínima, previsto na Lei 9.533, sancionada em 1997 e jamais regulamentada.

Para o senador, esse refinanciamento — hoje restrito a pequenas e

médias cidades — pode se estender a capitais, se o governo dispuser dos R\$ 4 bilhões previstos na PEC que cria o Fundo de Combate à Pobreza.

### ÉTICA

Suplicy leu em Plenário resposta do ministro do Planejamento, Martus Tavares, a pedido de informações apresentado por ele sobre o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Executivo. Segundo Martus, o código foi implementado, mas as comissões de ética vêm sendo desativadas, uma vez que outras instâncias no âmbito do governo têm encaminhado satisfatoriamente a apuração de denúncias e a condução de processos administrativos visando à punição dos culpados por irregularidades.

Eduardo Suplicy mostrou-se insatisfeito com o status conferido pelo governo ao código de conduta dos dirigentes da administração pública. Para o senador, ele deveria ser transformado em lei.

## Senador comemora vitória do PT

A eleição de 13 candidatos do PT no segundo turno das eleições municipais expressou o reconhecimento popular às propostas de cunho social do partido, afirmou Eduardo Suplicy. Ele citou como muito significativas as vitórias de sua mulher, Martha, em São Paulo, de Edmilson Rodrigues, em Belém, de João Paulo, em Recife, de Tarso Genro, em Porto Alegre, e mesmo de Célio de Castro, do PSB, em Belo Horizonte, já que este último esteve coligado com o PT.

Para Suplicy, além de atestar a superioridade das propostas do PT, o eleitorado confirmou o acerto

das administrações municipais do partido e puniu os candidatos que tentaram “fraudar a vontade popular”. “Em São Paulo, por exemplo, o candidato Paulo Maluf baixou o nível”, disse.

Entre as idéias ou políticas já implementadas pelo PT, Suplicy listou o orçamento participativo, os programas de renda mínima, o apoio a cooperativas de produção, o banco do povo (financiamento a pequenos empreendedores), a bolsa-trabalho (estímulo ao primeiro emprego) e iniciativas de apoio ao emprego para pessoas de mais de 40 anos.

# CMO aprova relatório que permite aumento do mínimo

Documento elaborado pelo senador Amir Lando destina prioritariamente à Previdência toda arrecadação adicional, tornando possível a elevação do salário. Segundo o relator, haverá dinheiro para pagar R\$ 180 em maio

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o relatório preliminar de receitas do Orçamento 2001, preparado pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), que destina prioritariamente à Previdência Social toda arrecadação adicional, tornando possível a elevação do salário mínimo. O relatório descarta totalmente o uso, no próximo ano, de R\$ 1,4 bilhão de "receita condicionada" à cobrança de previdência dos inativos federais. Para o relator-geral, o governo não poderia ter incluído essa receita no Orçamento, pois a emenda que taxa os inativos mal começou a ser discutida na Câmara.

Amir Lando garantiu, em entrevista à imprensa, que "haverá dinhei-



Comissão de Orçamento também fixou normas para emendas de parlamentares

ro para o reajuste do mínimo para R\$ 180 em maio, nem que o Congresso tenha de cortar verbas de algumas áreas". No entanto, o relator-geral acredita que uma reestimativa das receitas, somada à possível cobrança de Imposto de Renda das aplicações financeiras dos

fundos de pensão e ao combate à sonegação, pode garantir o aumento do salário mínimo. A reestimativa ele apresentará no decorrer deste mês, assim que o Ministério da Fazenda divulgar o comportamento da arrecadação até o final de outubro.

## Recursos para reajuste devem sair do superávit primário, diz Lauro



Lauro: superávit possibilitaria mínimo de R\$ 350

O senador Lauro Campos (PT-DF) defendeu a utilização de recursos decorrentes do superávit primário das contas do governo (receitas menos despesas exceto pagamento de juros) para fazer frente ao aumento do salário mínimo. Reagindo à posição do governo de que não há de onde tirar recursos para um salário mínimo de R\$ 180, o senador disse que o governo gasta anualmente R\$ 36 bilhões — 3% do Produto Interno Bruto — com o pagamento da dívida pública, por indicação do Fundo Monetário Internacional. "O uso dos recursos em superávit permitiria que o salário mínimo chegasse a R\$ 350", afirmou.

Ainda assim, destacou o senador, o salário mínimo brasileiro estaria muito abaixo do australiano (US\$ 2.800) e do francês (US\$ 1.400). Estaria abaixo até, salientou, dos gastos anuais que os japoneses têm com seus cães, algo em torno de US\$ 3.600, conforme dados de 1995.

Para Lauro, o governo pretende o impossível: o equilíbrio do Orçamento e ao mesmo tempo pagar a dívida externa. "Os Estados Unidos não fazem isso. Em 1996 sua dívida pública chegou a US\$ 3 trilhões, e cobram do Brasil. Se fosse possível, os EUA teriam feito", afirmou.

## Projeto estabelece valor de R\$ 180 em maio

Já tramita no Congresso projeto que eleva o salário mínimo para R\$ 180 no próximo ano, em duas parcelas. A idéia foi apresentada ao relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), pelo presidente da Câmara, deputado Michel Temer. Durante encontro que tiveram ontem pela manhã, foi divulgado que o líder do Bloco PMDB/PST/PTN na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima, apresentaria à tarde projeto com essa finalidade.

A proposta aumenta o mínimo no dia 1º de janeiro dos atuais R\$ 151 para R\$ 159 e, no dia 1º de maio, para R\$ 180. Logo depois da reunião, Amir Lando foi questionado pelos jornalistas sobre o fato de a proposta de elevar o mínimo para R\$ 180 vir sendo defendida desde o ano passado pelo presidente do Se-



Amir Lando esteve com Michel Temer e destacou o consenso sobre a necessidade de reajustar o mínimo

nado, Antonio Carlos Magalhães.

— Não vamos discutir paternidade, pois isso é pequeno diante da grandeza do problema do salário mínimo. O que está em jogo é a vida do trabalhador. Hoje, há consenso no Congresso, no governo e na sociedade de que o mínimo deve ficar pelo menos em R\$ 180. A minha

O relatório aprovado estabelece que cada deputado ou senador poderá apresentar até 20 emendas ao Orçamento, mas sem acréscimo de gastos. Ao propor dinheiro para determinado projeto de sua região, o parlamentar terá de indicar onde cortar no mesmo valor, no próprio Orçamento, para garantir a mudança. Por lei, só o relator-geral tem poder para aumentar os gastos, desde que identifique uma arrecadação correspondente. Os parlamentares aprovaram ainda aumento, de R\$ 1,5 milhão para R\$ 2 milhões, no valor global das emendas de cada parlamentar. O Orçamento encaminhado ao Congresso prevê dotação de R\$ 1,6 bilhão para bancar as

emendas do Congresso, caso os sub-reletores setoriais aceitem emendas de deputados e senadores, mas não concordem em fazer todos os cortes indicados pelos parlamentares.

Amir Lando não incluiu no relatório preliminar o valor do futuro salário mínimo. "Aumento do mínimo se dá pela aprovação de um projeto de lei em separado, sem passar pela Comissão de Orçamento", explicou, acrescentando que destinará a arrecadação adicional a um fundo para a Previdência Social, que paga o piso a 12,3 milhões de aposentados. Estudos do próprio Congresso mostram que o aumento do mínimo para R\$ 180 exigirá uma receita adicional de R\$ 3,8 bilhões no próximo ano.

## Osmar Dias defende nova legislação trabalhista rural



Osmar Dias tem projeto de reforma da legislação

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) defendeu ontem a reforma da legislação trabalhista. Como prova de que a atual legislação é desestimuladora do pleno emprego, ele citou dados segundo os quais, de agosto de 1999 a agosto de 2000, dos 936 mil novos postos de trabalho abertos, 67% estão na economia informal.

Para o senador, a proliferação do trabalho informal significa que a legislação não promove a conquista dos direitos sociais. No meio rural, Osmar disse ter certeza de que é ela a maior causadora "de um contingente enorme de trabalhadores volantes", os chamados "bóias-frias".

Na opinião do parlamentar, a reforma deve contemplar as diferenças entre o trabalhador rural e o urbano. Ele informou que projeto de sua autoria, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, propõe uma legislação trabalhista específica para o campo.

Em aparte, a senadora Heloisa Helena (PT-AL) propôs que se discutida, paralelamente à reforma trabalhista, a reforma tributária. O senador Arlindo Porto (PTB-MG) concordou com Osmar Dias, afirmando que a atual legislação é burocrática quando iguala os trabalhadores rurais aos urbanos.

## CAE ouvirá Martus e Malan sobre fontes de recursos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para que os ministros Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Pedro Malan, da Fazenda, sejam convidados para prestar esclarecimentos sobre possíveis fontes de recursos que possam cobrir um aumento significativo do salário mínimo em 2001.

Segundo Suassuna, que é presidente da CAE, os ministros devem abordar temas como a taxação de fundos de pensão e modificações na arrecadação do Imposto de Renda, medidas que têm sido apontadas como alternativas para gerar as receitas que garantiriam um salário mínimo maior.

Para o senador, outra alternativa é agilizar a cobrança da dívida ativa da União que, segundo suas informações, chega a R\$ 310 bilhões. Somente nos Tribunais Regionais Federais (TRFs), a dívida está estimada em R\$ 110 bilhões e, com condições especiais, esse montante poderá ser recolhido com mais rapidez aos cofres públicos. Suassuna anunciou ainda que pretende convidar os presidentes dos TRFs para apontar soluções aos senadores que possam ajudar a efetivar a cobrança da dívida.

### GENÉRICOS

A CAE aprovou outro requerimento de Suassuna, solicitando que o ministro da Saúde, José Serra, preste informações acerca da importa-

ção de matéria-prima para a produção de medicamentos genéricos. O senador se disse preocupado com o "forte viés importador" do setor farmacêutico, que gera gasto crescente de divisas, o que pode reduzir gradualmente o nível de investimento e de emprego.

Além disso, Suassuna argumentou que as condições para as importações podem levar à concorrência desleal e, pior, colocar em risco a saúde do consumidor, já que levam em consideração testes de bioequivalência realizados fora do país. "O ministro poderá esclarecer esses pontos controversos que têm gerado inquietações na indústria farmacêutica nacional e no mercado consumidor", afirmou.

## Luiz Pontes elogia programa cearense de aleitamento

Os programas desenvolvidos pelo Ceará em defesa do aleitamento materno foram elogiados pelo senador Luiz Pontes (PSDB-CE). Ele mencionou reportagem da *Folha de S. Paulo* segundo a qual Fortaleza é a capital brasileira do aleitamento. Para o

senador, essa vitória é resultado do esforço do governo estadual, que tem incentivado o aleitamento. De acordo com a *Folha*, as mães de Fortaleza amamentam os filhos, em média, 77,2 dias, enquanto a média nacional é de apenas 34 dias.

## Auditoria verificou fraude no SUS do Piauí, diz Napoleão

O Ministério da Saúde, através do Serviço de Auditoria no Piauí, encontrou evidências de fraude e desvio de recursos públicos por parte da Secretaria de Saúde do estado, segundo informou o senador Hugo Napoleão (PFL-PI). Várias irregularidades foram constatadas na compra de produtos

médico-hospitalares destinados a 13 hospitais, conforme a auditoria, relativa às compras dos meses anteriores às eleições de 1998. O parlamentar afirmou que a coligação pela qual concorreu ao governo do estado ingressou com ação de *impeachment* contra o governador e o vice reeleitos.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 — *Debate* — Sen. Maguito Vilela e Mário Drumond Coelho, especialista em direito esportivo, falam sobre a CPI do Futebol  
7h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Melo fala sobre a receita no Orçamento da União para o pagamento do salário mínimo  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Educação Especial — Ritmo, desejo, ação  
9h — *CPI do Futebol* (vivo)  
10h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Fiscalização e Controle (gravado)  
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)  
Logo após — Sessão Plenária (representação)  
19h — *Cores do Brasil* — São Luís do Maranhão  
19h30 — *Debate* — Sen. Maguito Vilela e Mário Drumond Coelho, especialista em direito esportivo, falam sobre a CPI do Futebol  
20h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Melo fala sobre a receita no Orçamento da União para o pagamento do salário mínimo  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Sessão Plenária (representação)  
QUINTA-FEIRA  
1h — *Cidadania* — Joãozinho Trinta, carnavalesco, e o jornalista Márcio Cotrim falam de fraternidade, solidariedade e cidadania  
2h — *Saúde/Unip* — Dependência química — parte 2  
2h30 — *Jornal do Senado*  
3h — *Cores do Brasil* — Café no oeste da Bahia  
3h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Piva fala sobre o apoio ao esporte amador  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Saúde/Unip* — Dependência química — parte 2  
5h — *TV Escola* — Educação Especial — Adulto, cidadão diferente  
5h30 — *Cores do Brasil* — Pernambuco  
6h — *Saúde/Unip* — Dependência química — parte 2  
6h30 — *Cidadania* — Joãozinho Trinta, carnavalesco, e o jornalista Márcio Cotrim falam de fraternidade, solidariedade e cidadania  
7h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Piva fala sobre o apoio ao esporte amador  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Educação Especial — Adulto, cidadão

diferente

9h — *Especial* — A Carta

9h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Melo fala sobre o salário mínimo

10h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — *Réquiem Alemão*, de J. Brahms

11h — *Entrevista* — Terapias alternativas

12h15 — *Jornal do Senado*

12h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Piva fala sobre o apoio ao esporte amador

13h — *TV Escola* — Educação Especial — Adulto, cidadão diferente

13h30 — *Cidadania* — Joãozinho Trinta, carnavalesco, e o jornalista Márcio Cotrim falam de fraternidade, solidariedade e cidadania

14h30 — *Espaço Cultural* — Quarteto de Cordas

16h — Ciclo de Palestra do Museu do Senado

17h — *Revista Brasília* — nº 15

18h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — *Réquiem Alemão*, de J. Brahms

19h — *Especial* — A Carta

19h30 — *Cidadania* — Joãozinho Trinta, carnavalesco, e o jornalista Márcio Cotrim falam de fraternidade, solidariedade e cidadania

20h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Piva fala sobre o apoio ao esporte amador

21h — *Jornal do Senado*

21h30 — *Espaço Cultural* — Coral do Senado

22h30 — *Especial* — A Carta

23h — *Entrevista* — Terapias alternativas

0h15 — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — *Réquiem Alemão*, de J. Brahms

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h — *Agenda Senado*

Em seguida — Música e informação

9h — *CPI do Futebol*

Em seguida — Música e informação

14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)

Em seguida — Música e informação

19h — *A Voz do Brasil*

Em seguida — Música e informação

20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste

Em seguida — Música e informação

21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste

Em seguida — Música e informação

21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste

Em seguida — Música e informação

0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)

Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# Hartung defende prioridade para a área de saneamento

Dados do Ministério da Educação, disse, mostram que 90 milhões de brasileiros não dispõem de sistema de coleta e tratamento de esgoto

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou ontem que o saneamento deve ser colocado como prioridade entre os investimentos sociais no país. Ele lembrou que, nos últimos 40 anos, o país viveu um processo de urbanização sem precedentes, em que os grandes centros passaram a concentrar quase 80% da população, sem que esse processo migratório tenha sido objeto de planejamento, especialmente na área de saneamento.

— Dados do Ministério da Educa-



Hartung: 42 milhões consomem água sem tratamento

ção mostram que, no Brasil, 90 milhões de cidadãos não dispõem de sistema de coleta e tratamento de esgoto e 42 milhões de pessoas são obrigadas, diariamente, a consumir água sem qualquer tratamento. O resultado desse déficit é uma tragédia que produz doenças e mortes — afirmou.

Diante desse quadro, o senador disse ter recebido com esperança a iniciativa do governo federal de criar grupo de trabalho para elaborar propostas, a serem enviadas ao Congres-

so Nacional, regulamentando o setor de saneamento. Hartung ressaltou que na discussão do tema não deve ser ignorada a necessidade de definição da titularidade da prestação dos serviços e o estabelecimento de diretrizes nacionais para a regulamentação da política de saneamento básico. De acordo com o senador, só a partir daí é que estariam preservados os interesses comuns de retomada de investimentos.

O parlamentar discorda de que a privatização seja a única saída para o aporte de recursos privados para o saneamento, como defendem alguns setores do governo.

## Jonas quer medidas contra ocupação de fazenda pelo MST

A desocupação da Fazenda Paulicéia, em Rondonópolis (MT), ocupada em 9 de outubro pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi defendida ontem em Plenário pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Segundo afirmou, a área, considerada improdutiva pelo movimento, tem criação de gado nelore e no local são desenvolvidas práticas avançadas de genética pecuária. Há ainda na propriedade,



Jonas Pinheiro: Intermat está protelando a solução

disse, plantações de seringueiras e milho.

De acordo com Jonas Pinheiro, a Justiça já se pronunciou pela manutenção de posse da

área, e a decisão foi comunicada ao comandante da Polícia Militar de Rondonópolis. O governador Dante de Oliveira, no entanto, deu ordem para que, antes de intervenção policial, se esgotem todas as possibilidades de diálogo e negociação.

O senador, porém, reclamou que os técnicos da Intermat, órgão estadual para a questão agrária, estão protelando demais as negociações.

— Com isso, já são 23 dias de demora, com enorme repercussão contra o direito de propriedade e prejuízos para os proprietários.

## Paulo Souto comemora descoberta de gás na Bahia

O senador Paulo Souto (PFL-BA) destacou ontem a descoberta, no sul da Bahia, de gás não associado a petróleo a apenas dez quilômetros da costa, com volume inicial estimado em 20 bilhões de metros cúbicos. Realizada pelas empresas Petrobras, Queiroz Galvão e Petro-



Paulo Souto: reserva tem localização privilegiada

serv, reunidas em consórcio, a descoberta foi considerada pelo senador como “uma das mais importantes dos últimos anos”.

A reserva, disse, pode garantir a extração, diariamente, de cinco milhões de metros cúbicos do produto durante 20 anos.

## Rocha alerta para possível criação de cartel pela AmBev

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) alertou ontem para uma possível formação de cartel na área de fabricação, transporte e distribuição pela Companhia de Bebidas das Américas (AmBev), surgida com a fusão das cervejarias Brahma, Skol e Antarctica. Segundo disse, a empresa estaria aplicando uma “política de perseguição e terrorismo psicológico insuportável” contra as distribuidoras de cervejas e refrigerantes.

Rocha afirmou que a AmBev pretende diminuir o número de distribuidoras utilizando manobras que, embora legais, são antiéticas, como a criação de central distribuidora chamada “forró”, com privilégios

Uma das principais características da nova fonte de gás é a sua localização em águas rasas. A profundidade do reservatório é de apenas 1.500 metros, o que conferirá aos poços perfurados condições excepcionais para aproveitamento.

— A descoberta de gás na Bahia e na Amazônia, e de petróleo na Bahia de Campos, é resultado concreto da nova política de petróleo no país — disse, lembrando também que a implantação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) completará três anos em janeiro.

para a aquisição de produtos. A consequência, disse, será o fechamento de diversas distribuidoras menores.

Outra medida a ser colocada em prática em futuro próximo pela AmBev, continuou, é a criação de transportadora que deve ser a maior do Brasil e uma das maiores do mundo. Conforme o senador, a medida prejudicará as distribuidoras que estabeleceram frotas próprias.



Para Rocha, medidas da AmBev causarão desemprego

# Divergências sobre mudanças na Lei de Informática

Durante audiência realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, o vice-governador do Amazonas, Samuel Assayag Hanan, criticou o projeto, defendido pelo secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, José Aníbal

A audiência pública promovida ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater o projeto da nova Lei de Informática foi marcada pelas posições divergentes entre os expositores convidados. De um lado, o vice-governador do Amazonas, Samuel Assayag Hanan, criticou a atual legislação e pediu mudanças na proposta que tramita na comissão. De outro, colocaram-se em defesa da proposta dois representantes do governo federal e o secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, José Aníbal.

Hanan lembrou que a Constituição federal prevê a correção de desigualdades regionais e a manutenção por 25 anos dos benefícios fiscais concedidos às empresas instaladas na Zona Franca de Manaus (AM). Por isso, defendeu a manutenção das vantagens previstas para a capital amazonense. "Queremos o respeito à Constituição", afirmou.

O vice-governador criticou o projeto, em tramitação no Senado, que estende a todo o país os incentivos fiscais à produção de telefones celulares e monitores de computador. Na sua opinião, a proposta é muito abrangente e deveria incluir uma lista dos produtos a serem beneficiados. "Senão será um cheque em branco", afirmou. Hanan disse ainda que os nove anos de vigência da atual Lei de Informática não foram suficientes para garantir a produção local de componentes de computadores. "Temos uma indústria de



Os senadores Ney Suassuna (C) e Bello Parga no debate com representantes ministeriais e dos estados

embalagens e periféricos, apesar dos enormes benefícios concedidos", observou.

Suas posições foram contestadas pelo secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo. "O vice-governador procura desqualificar os resultados da lei atual, mas sem elas as empresas do setor estariam ou em Manaus ou fora do país, e não gerariam aqui os empregos e conhecimento que geram", disse José Aníbal. Ele considera que o projeto da nova lei prevê a descentralização de investimentos de pesquisa e desenvolvimento, e apontou como efeitos benéficos da legislação a existência de indústrias de informática em estados como Santa Catarina, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

O secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlos Pacheco, afirmou que a legisla-

ção atual permitiu o aumento da produção local de bens de informática. Disse ainda que muitas empresas têm seus planos de investimentos prontos para ser postos em prática assim que for aprovado o projeto. "Sem essa lei, temos a possibilidade de ficar de fora desses investimentos", destacou.

## EQUILÍBRIO

Pacheco citou entre as características do projeto a redução progressiva dos incentivos, benefícios às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e manutenção dos incentivos à Zona Franca de Manaus. Após demonstrar que os benefícios fiscais concedidos às demais regiões sofrerão declínio ao longo dos próximos anos, o secretário disse que o quadro econômico será "crescentemente favorável à produção em Manaus".

O secretário-executivo do Minis-

tério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Benjamin Sicsú, apontou a necessidade de equilíbrio entre a manutenção dos incentivos a Manaus e o estímulo à produção de bens de informática nas demais regiões do país. "Uma decisão errada poderá custar 40 mil empregos na indústria de monitores e celulares", afirmou.

Sicsú elogiou o dispositivo do projeto que acaba com a cumulatividade da cobrança do percentual de 5% sobre o faturamento das empresas para aplicação em atividades de pesquisa e desenvolvimento. "A fabricação de um determinado bem que passa por cinco fases de produção pode ser taxada em mais de 20%", exemplificou o secretário. "Essa mudança na lei vai abrir a possibilidade de contarmos com a produção de componentes no Brasil", previu.

## Cabral quer mais atenção à Zona Franca de Manaus

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) voltou a defender ontem em Plenário a manutenção da Zona Franca de Manaus. Para Cabral, a Zona Franca tem, em grande parte, garantido a preservação da cobertura vegetal no estado, que ocupa quase a totalidade de seu território. Ele cobrou mais atenção à Amazônia, com a liberação de incentivos, como a implementação de um plano nacional que possa contemplar a região com maior dotação orçamentária e o retorno do projeto Calha Norte.

Bernardo Cabral mencionou o artigo intitulado *A verdadeira Amazônia*, de autoria do vice-governador do Amazonas, Samuel Assayag Hanan, e do jurista Ives Gandra Martins, publicado ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*. De acordo com o texto, endossado pelo senador, toda vez que o poder central e a mídia se manifestam sobre a Amazônia é para falar sobre queimadas.

— A Amazônia não está em chamas como dizem. Ao contrário, mantém 98,2% de suas florestas intactas — sublinhou Bernardo Cabral, lembrando que esse percentual, considerado "fantástico" por ele, é fruto do modelo econômico adotado pelo estado e da renúncia dos amazonenses.

O senador disse também que 51,2% dos impostos arrecadados pelo governo na região Norte são provenientes do Amazonas, graças à Zona Franca de Manaus. Ainda citando o artigo publicado na *Folha*, Bernardo Cabral ressaltou a importância econômica, territorial, ambiental e estratégica do estado, apontando para o descaso e o silêncio do governo e da sociedade brasileira, o que pode transformar "o temido interesse internacional na região" em um problema real.

## Para senadores do Amazonas, acordo sobre nova legislação foi quebrado

Os senadores pelo Amazonas — Jefferson Péres (PDT), Gilberto Mestrinho (PMDB) e Bernardo Cabral (PFL) — disseram que o estado deve recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para manter os benefícios constitucionais assegurados à Zona Franca de Manaus (ZFM), caso o acordo sobre a Lei de Informática não seja restaurado. Segundo afirmam, o substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pode fazer com que as empresas instaladas no estado migrem para outras regiões do país.

— Não somos contra a Lei de Informática. Somos contra usar a Lei de Informática para acabar com a Zona Franca de Manaus — afirmou Mestrinho, ao sugerir que os efeitos da nova legislação não sejam aplicáveis à Zona Franca de Manaus.

Os senadores acreditam que, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi alterado o entendimento estabelecido em torno do parecer do senador José Jorge (PFL-PE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), causando desequilíbrio desfavorável à instalação de indústrias no Amazonas.

— É necessário manter o equilíbrio, por meio das vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus, em termos de tributação. Caso contrário, em igualdade de condições, nenhuma empresa se fixará em Manaus — afirmou Jefferson Péres.

Cabral argumentou que o artigo do Ato das Disposições Transitórias da Constituição que mantém a Zona Franca de Manaus como área de livre comércio até 2013 é uma regra especial que não pode ser alterada



Cabral, Mestrinho e Jefferson defendem a manutenção da Zona Franca

por qualquer tipo de lei. Além disso, ele entende que a Lei de Informática, como está, não beneficia regiões, mas setores da economia, o que não está previsto na Constituição.

## CONSENSO

A posição de Bernardo Cabral foi compartilhada pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), que disse ter dúvidas se o substitutivo de Suassuna poderá melhorar a situação da Zona Franca de Manaus, como declarado pelos técnicos do governo federal.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que, mais uma vez, os incentivos estão sendo dados a em-

presários, sem que se pense em uma fórmula de estímulo que passe "pelas mãos dos que têm pouco ou dos que nada têm".

Para que a discussão não caia no impasse, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) sugeriu que a CAE realize audiência pública na próxima terça-feira, dia 7, com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, cuja presença estava prevista para a reunião de ontem. Antes disso, Piva pretende que os senadores pelo Amazonas e os técnicos do governo federal se reúnam para chegar a um consenso.

# Marinha convida ACM para incorporação de porta-aviões

Solenidade será realizada em Brest, na França. Convite ao presidente do Senado foi feito pelo almirante-de-esquadra Sérgio Florêncio Chagasteles

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem o almirante-de-esquadra Sérgio Florêncio Chagasteles, comandante da Marinha. A visita teve como objetivo convidar o senador para participar, no próximo dia 15, na base naval de Brest, na França, da cerimônia de incorporação de um novo porta-aviões à Marinha brasileira.

A solenidade, a ser presidida pelo almirante-de-esquadra José Alberto Accioly Fragelli, chefe do Estado-Maior da Armada, marcará a transferência, da Marinha francesa para a Marinha brasileira, do



ACM com o comandante da Marinha (acima) e recebido na Aeronáutica (ao lado)

porta-aviões *Foch*, que será batizado, então, como navio-aeródromo *São Paulo*. A cerimônia de mudança da bandeira é uma tradição das marinhas. O novo porta-aviões brasileiro está sendo totalmente revisado, antes de sua transferência,

e sua tripulação já está em território francês para adaptar-se ao equipamento.

## AERONÁUTICA

A convite do comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Carlos de Almeida Baptista, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, almoçou ontem com o



Alto Comando da Força Aérea, na sede do Comando da Aeronáutica. Recebido com honras militares, o senador confraternizou com o Alto Comando da Força e oficiais gerais, em encontro definido como visita de cortesia.

## Trabalhadores agradecem a ACM pelo aumento do mínimo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem integrantes da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores (CCT), que congrega representantes de organizações sindicais em nível nacional. O objetivo da audiência foi agradecer o empenho de Antonio Carlos para a concessão de aumento do salário mínimo e entregar reivindicações relativas ao pagamento da correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O senador disse, em relação ao FGTS, que está acompanhando a evolução do assunto por meio de contatos com o presidente da República e o ministro



Antonio Carlos disse a dirigentes de confederações que solução para FGTS depende da publicação do acórdão

do Trabalho, Francisco Dornelles, mas advertiu que nenhuma medida concreta poderá ser tomada pelo governo antes da publicação do acórdão com a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Compareceram à audiência o coordenador da CCT, Lourenço Ferreira do Prado, que também é

presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, e mais: José Calixto Ramos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; José Carlos Ferret Schultz, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; Moacyr

Roberto Tesch Auersvald, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo; Severino Almeida Filho, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos; e Luiz Tenório de Lima, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios, Açúcar e Café de São Paulo.

## Antonio Carlos será paraninfo de oficiais da PM

Acompanhados do coronel Márcio Augusto Cunha do Amaral, comandante da Academia de Polícia Militar do Distrito Federal, e do deputado Alberto Fraga (PMDB-DF), oficiais da PM visitaram ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para convidar o senador a ser paraninfo da turma que acaba de concluir o curso de aperfeiçoamento da Polícia Militar.

O convite foi entregue pelo capitão Láercio Silvano de Oliveira, que



"Turma Luís Eduardo Magalhães" convidou Antonio Carlos para paraninfo

informou a Antonio Carlos da decisão dos 28 oficiais de batizar o grupo como "Turma Luís Eduardo Magalhães". A turma reúne oficiais das PMs do Distrito Federal, Tocantins,

Bahia, Goiás e Paraíba. A solenidade ocorrerá no dia 23, no Memorial JK, em Brasília. Antonio Carlos aceitou o convite e confirmou presença.

## Indicação de mulher para o STF é fato histórico, diz senador

A indicação da juíza Ellen Gracie Northfleet para uma vaga no Supremo Tribunal Federal, anunciada pela Presidência da República, foi considerada ontem um "fato histórico" pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. A juíza será a

primeira mulher a assumir o cargo.

— O presidente da República abriu um precedente, numa demonstração do valor que ele dá às mulheres, também no Judiciário — disse Antonio Carlos Magalhães.

## Suplicy quer conhecer posição do governo sobre crise no Peru

Autor de requerimento para que o Plenário do Senado realize audiência pública com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ontem ao presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, quando a solicitação será submetida à deliberação do Plenário.

Para Suplicy, é preciso conhecer a posição do governo brasileiro sobre os recentes episódios ocorridos no Peru, que levaram o presidente Alberto Fujimori a anunciar a antecipação das eleições e o ex-chefe informal do serviço secreto do governo, Vladimi-



Suplicy pede audiência pública com Lampreia

ro Montesinos, a solicitar asilo junto ao governo do Panamá.

Segundo o senador, órgãos da imprensa noticiaram que o presidente Fernando Henrique Cardoso teria contribuído para que Montesinos recebesse asilo político do Panamá, o que acabou não acontecendo.

— O episódio é sério e interessa a todos que se preocupam com a democracia na América Latina — justificou Suplicy.

Em resposta, Antonio Carlos informou que o requerimento seria encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para emissão de parecer e, posteriormente, submetido ao Plenário.



Pedro Piva (centro) recebeu delegação com um senador e cinco deputados da Bélgica em visita oficial ao Senado

## Delegação de parlamentares da Bélgica faz visita oficial

Delegação composta por um senador e cinco deputados da Bélgica realizou visita oficial ao Senado ontem. Liderados pelo deputado Jean-Pol Henri, 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados belga, os parlamentares se encontraram com o presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Pedro Piva (PSDB-SP), quando trocaram impressões sobre as relações entre o Brasil e a Bélgica.

Ao final do encontro, Piva salientou a importância da troca de experiências entre Parlamentos de diferentes países. O senador foi presenteado com uma peça em cristal contendo o mapa da Bélgica e ofereceu à delegação um livro sobre as comemorações dos 500 anos do Brasil. Os parlamentares belgas visitaram ainda o Plenário e o Museu do Senado Federal.